MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇAS

"O direito das vítimas deve ser preservado. Isso está na internet, é difícil apagar."

HUGO MATIAS
COORDENADOR DO NÚCLEO DA INFÂNCIA DA DEFENSORIA

"A exposição da família é um abuso contra as crianças."

CALEB SALOMÃO PEREIRA
PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL

DEFENSORIA REPUDIA EXPOSIÇÃO DE ACUSADOS

Órgão criticou transmissões de depoimentos pelo Facebook

NATALIA BOURGUIGNON
LARA ROSADO

A Defensoria Pública do Espírito Santo repudiou a divulgação da imagem de envolvidos em crimes sexuais contra crianças e adolescentes que ocorreu durante as audiências da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos. Para o órgão, a transmissão ao vivo de detalhes dos casos fere ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente que garante o direito à intimidade, vida privada e honra das vítimas menores de idade.

"É preciso que os direitos sejam preservados, não só dos acusados, mas principalmente das crianças", afirmou Roberta Ferraz, coordenadora criminal e de execução penal da Defensoria Pública.

As tomadas de depoimento aconteceram na quinta-feira (24) e ontem no auditório do Ministério Público, em Vitória. De acordo com Roberta, os acusados pediram, antes dos depoimentos, para não terem suas imagens divulgadas, mas não foram atendidos. "Eles têm esse direito garantido pela Constituição. Quando começou a CPI eu registrei em ata, conversei com o delegado, com o senador, e assegurei que nenhuma das pessoas queria que a imagem fosse fornecida", explica.

No entanto, os dois dias de oitivas da CPI foram transmitidos ao vivo pelo Facebook do senado Magno Malta. Alguns trechos também foram transmitidos na página do delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

"É preciso ter cuidado para que o próprio processo não seja violador de direitos", explicou o Coordenador do Núcleo da Infância da Defensoria Pública, Hugo Matias.

CURIOSIDADE

O defensor afirmou ainda que entende a curiosidade da população em relação à esses crimes, mas ressaltou que as vítimas devem ser preservadas em qualquer circunstância, especialmente quando são crianças.

"É claro que é chocante, as pessoas têm curiosidade, mas os direitos das vítimas precisam ser preservados. Isso está na internet, é difícil apagar", concluiu.

Segundo Roberta Ferraz, caso os detidos queiram, eles podem pedir indenização pois tiveram suas imagens expostas na internet sem seu consentimento.

ABUSO DE PODER

Para o professor de direito constitucional da FDV, Caleb Salomão, a exposição dos depoimentos nas redes sociais é um ato é inconstitucional, ilegal e representa um abuso de poder por parte do senador Magno Malta.

"As crianças jamais devem ser expostas. A proteção da criança tem base constitucional, tem uma dignidade a ser preservada. A criança é vulnerável, indefesa".

Além da Constituição, o especialista destacou que o Estatuto da Criança e do Adolescente também determina a preservação da criança, sobretudo quando ela é exposta de forma negativa.

"O Magno Malta contrariou a lei e é um ato abusivo. Ele vive com essa imagem de combater a pedofilia e os maus tratos e faz uma CPI itinerante como se fosse um circo de horrores. O ato até pode ser um jogo político, mas é preciso que seja nos limites da lei".

O professor ressalta que a proteção da criança precisa se estender aos familiares para que ela não seja identificada pela via indireta. "Expor a família inteira é um abuso contra a criança".

RICARDO MEDEIROS - 24/05/2018

Avó de bebê deixado na BR depõe: proteção é para evitar identificação da vítima

Inquérito que apura as mortes ainda não foi concluído

O inquérito que apura a morte dos meninos Joaquim Alves Salles, de 3 anos, e Kauã Salles Butkovsky, de 6, ainda não foi concluído pela Polícia Civil. Informações obtidas pela reportagem é de que ele ainda permanece em Vitória, com os delegados da força-tarefa que apuram o caso. Em coletiva a polícia já adiantou que aponta o pastor Georgeval Alves dos Gonçalves como autor dos crimes. Quando o material for concluído, terá que passar pelo Ministério Público Estadual, que terá prazo de cinco dias para denunciar, ou não, o indiciado.

DIREITO

"Quando começou a CPI, eu registrei em ata, conversei com o delegado, com o senador, e assegurei que nenhuma das pessoas queria sua imagem fornecida"

ROBERTA FERRAZ
DEFENSORA PÚBLICA

Senador defende modo de ação da CPI

Questionado sobre o risco da exposição dos presos e, principalmente das crianças envolvidas em crimes de abuso sexual, o senador Magno Malta, presidente da CPI dos Maus Tratos afirma que a proteção só é garantida para as crianças. Segundo ele, os familiares já foram revelados quando aconteceram as prisões dos suspeitos de envolvimento nos crimes.

"Essas prisões todas que aqui estiveram vocês (imprensa) publicaram. Já estavam expostos no seu papel antes de eu falar. Tudo na vida é feito da regra para exceção e não da exceção para a regra", afirmou. Já o delegado Lorenzo Pazolini informou que não vai se manifestar sobre as publicações.

O senador Magno Malta ressaltou a importância dos depoimentos e de todo o processo realizado nos últimos dois dias. Ele afirmou que a Comissão vai propor alterações no código penal.

"Disso tudo brota proposição legislativa. Fica mais latente agora a necessidade de a população brasileira discutir e efetivar a prisão perpétua. Esse tipo de pessoa é compulsiva, não pode ir para a rua", afirmou.

Malta ainda explicou que no caso da CPI ele, como presidente, tem poder para intimar pessoas e até mesmo realizar quebras de sigilos.